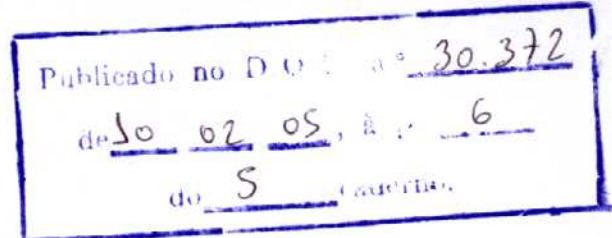




ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS



RESOLUÇÃO Nº 7.740 /2005/TCM/PA

Dispõe sobre a obrigatoriedade a partir do exercício de 2005, de remessa ao Tribunal de Contas dos Municípios, em meio magnético, dos Balancetes Quadrimestrais a estes anexo as Folhas de Pagamento Mensais respectivas.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição, no âmbito de sua competência e jurisdição, por intermédio da expedição de atos e instruções normativas de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções, na forma dos artigos 27 e 57, II e §1º da Lei Complementar nº 25 de 05 de agosto de 1994, e art.55, III, alínea c, do Ato nº 09 de 9 de fevereiro de 1995 e considerando ainda:

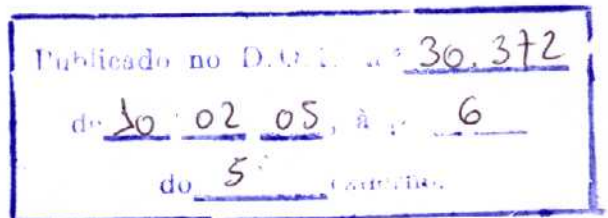
A premente necessidade da criação de métodos e instrumentos de agilização nas ações da fiscalização a cargo do controle externo que lhe cabe;

RESOLVE :

Art. 1º - Determinar a obrigatoriedade da remessa pelos Órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional, inclusive os Fundos Municipais, dos Balancetes Mensais em conjunto as Folhas de Pagamento respectivas, correspondentes a cada Quadrimestre, em meio magnético (disquete, CD-ROM ou internet), conforme Anexos I e II da presente Resolução.

§ 1º - Fica mantida a obrigatoriedade de remessa em meio documental dos Balancetes Mensais e seus anexos, exigidos pela Lei nº 4.320/64, assim como:

I - os termos de conferência de caixa e bancos, acompanhados de seus respectivos extratos das contas correntes, poupanças e aplicações financeiras, se houver, bem como as conciliações bancárias;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

II – somados aos documentos relacionados no inciso anterior, a prestação de contas do último quadrimestre deve também conter:

- a) relação de inscrição em restos a pagar;
- b) relação de inscrição de dívida ativa;
- c) demonstração de dívida fundada interna;
- d) demonstração de dívida flutuante;
- e) inventário de bens móveis e imóveis;
- f) demonstração de operações de crédito realizadas.

§ 1º - O prazo máximo para remessa da prestação de contas é de até trinta dias após o encerramento do quadrimestre.

Art. 3º – Fornecer gratuitamente aos jurisdicionados em disquete, CD-ROM ou internet, o programa analisador necessário à geração do recibo de entrega e arquivo para possibilitar a remessa dos documentos de que trata o art. 1º, na forma exigida por esta Resolução.

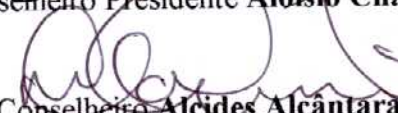
Art. 4º – Estabelecer, na hipótese de desobediência ao disposto nesta Resolução, a aplicação de multa ao Ordenador de Despesa responsável no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único – À mesma penalidade imposta no *caput* deste artigo, estará sujeito o Contador responsável pela escrituração das contas, que responde solidariamente com o Ordenador da Despesa, na forma do art. 1.177 e Parágrafo único do Código Civil Brasileiro.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 25 de janeiro de 2005.


Conselheiro Presidente **Aloísio Chaves**


Conselheiro **Alcides Alcântara**


Conselheiro **Ronaldo Passarinho**


Conselheira **Rosa Hage**